

Manual Orientador

Programa Indicativo Multianual (MIP) da União Europeia para a Guiné-Bissau (2021-2027)

Propósito

Este manual orientador foi elaborado no âmbito do projeto “Fortalecimento das OSC para a Boa Governação e Desenvolvimento na Guiné-Bissau” (Boa Governação, NDICI CSO/2023/452-167), financiado pela União Europeia e implementado em parceria entre o Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF) e a Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH).

O manual tem como propósito informar e orientar a todos os interessados (especialmente organizações da sociedade civil das 5 cidades de intervenção do projeto: Bafatá, Bolama, Buba, Canchungo e Gabú) sobre as noções básicas sobre o Programa Indicativo Multianual (MIP) da União Europeia para o período 2021-2027.

Recursos consultados

- Multiannual Indicative Programme 2021-2027 for Guinea-Bissau:
https://international-partnerships.ec.europa.eu/system/files/2022-01/mip-2021-c2021-9363-guinea-bissau-annex_en.pdf
- MIP 2021-2027 (tradução automática ao português) disponível em:
<https://www.imvf.org/project/boa-governacao/>

Exoneração de Responsabilidade

Este manual foi produzido no âmbito de um projeto financiado pela União Europeia. O seu conteúdo é da exclusiva responsabilidade do projeto “Boa Governação” e não reflete necessariamente a posição da União Europeia.

Agosto 2024

Índice

1. Enquadramento do projeto “Boa Governação”	3
2. O que é o MIP	4
3. Diretrizes dos setores prioritários do MIP na Guiné-Bissau	4
4. Quais são os setores prioritários do MIP na Guiné-Bissau	5
Desenvolvimento Humano	5
Economia Verde e Inclusiva	6
Boa Governação e Estabilidade	6
5. Alinhamento dos setores prioritários do MIP com os ODS	7
Desenvolvimento Humano	7
Economia Verde e Inclusiva	8
Boa Governação e Estabilidade	11

Siglas

HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
IMVF	Instituto Marquês de Valle Flor
LGDH	Liga Guineense dos Direitos Humanos
MATPL	Ministério da Administração Territorial e Poder Local
MEPIR	Ministério da Economia, Plano e Integração Regional
MIP	Plano Indicativo Multianual
OCB	Organizações de Base Comunitária
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONG	Organização Não Governamental
OSC	Organizações da Sociedade Civil
PIP	Plano de Investimento Participativo
PTF	Parceiros Técnicos e Financeiros
UE	União Europeia

1. Enquadramento do projeto “Boa Governação”

O projeto Boa Governação (Fortalecimento das OSC para a boa governação e desenvolvimento na Guiné-Bissau) é um dos 3 projetos financiados pela União Europeia no âmbito do seu Programa Temático para as Organizações da Sociedade Civil nos países parceiros, de 2021-2024.

Este projeto é implementado em parceria entre o Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF) e a Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH), com uma duração de 3 anos, tendo iniciado em março de 2024 e com fim previsto para 2027.

As intervenções do projeto são a nível de 5 cidades: Bafatá, Bolama, Buba, Canchungo e Gabú.

Objetivo geral: Reforçar as capacidades e competências das OSC ativas nos setores prioritários do MIP¹ 2021-2027, para que se tornem atores autónomos e dialogantes na boa governação e no desenvolvimento local/regional em cinco cidades da Guiné-Bissau.

Objetivo específico: O desenvolvimento da governação nos setores prioritários da cooperação entre a Guiné-Bissau e a União Europeia, com especial foco nos jovens e nas mulheres, é implementado em 5 cidades, no quadro de um diálogo inclusivo e aberto, entre as OSC e entre estas e as Autoridades locais/regionais.

Produtos: para o alcance dos objetivos supramencionados foram definidos os seguintes produtos:

P1) Planos de Investimento Participativo (PIPs) sustentáveis, implementados nas 5 cidades com o apoio das OSC que receberam ações de capacitação para a boa governação e o desenvolvimento local/regional.

P2) Subvenções de financiamento de Ações temáticas e de funcionamento, atribuídas a OSC para implementação de intervenções nos setores prioritários do MIP 2021-27 nas 5 cidades.

P3) Autoridades locais/regionais das 5 cidades detêm competências reforçadas com o apoio, colaboração e coordenação das OSC, em articulação com outros intervenientes a nível local/regional (Parceiros Técnicos e Financeiros - PTF, Organizações Comunitárias de Base - OCB, Organizações Não-Governamentais - ONG, Parlamentos Locais, etc.).

Beneficiários:

- As OSC nos diferentes níveis;
- Estruturas governativas locais (Governadores e Administradores), serviços desconcentrados (delegados regionais) e as estruturas centrais [Ministério da Administração Territorial e Poder Local (MATPL) e Ministério da Economia, Plano e Integração Regional (MEPIR);
- População em geral: cidadãos residentes nas 5 cidades de intervenção.

¹ MIP = Programa Indicativo Multianual.

2. O que é o MIP

A União Europeia, no âmbito da implementação do seu novo Instrumento de Vizinhança, de Cooperação para o Desenvolvimento e de Cooperação Internacional – Europa Global, tem definido as suas áreas prioritárias e objetivos específicos referentes a cada país e/ou região parceira, no período de 2021-2027.

Estas prioridades são apresentadas em Programas Indicativos Multianuais (MIP), na sequência de processos de reflexão inclusiva por via do diálogo com os diferentes países parceiros, com os Estados membros da União Europeia, Organizações da Sociedade Civil (OSC), organizações femininas e juvenis, autoridades locais, setor privado, Nações Unidas e outros doadores e principais *stakeholders*.²

Nos MIP, para além da priorização dos setores/áreas prioritárias, são igualmente determinadas as disponibilidades financeiras, assim como os resultados e indicadores que permitirão (através de uma linha de base) medir a efetividade da intervenção da União Europeia naquele país.

Em resumo, o MIP é um instrumento que orienta a atuação da União Europeia, nas áreas identificadas como sendo prioritárias, junto dos países parceiros para um determinado horizonte temporal.

3. Diretrizes dos setores prioritários do MIP na Guiné-Bissau

Para a definição dos setores prioritários do MIP na Guiné-Bissau foram realizadas diferentes auscultações, incluindo a OSC, e recorreu-se a um conjunto de documentos estratégicos de governação do país, entre os quais:

- Plano Nacional de Desenvolvimento Terra Ranka – Um novo começo para a Guiné-Bissau 2025;
- Programa de Governo da 10^a Legislatura 2019-2023.

Igualmente, foram tomadas em consideração uma série de políticas sectoriais, tais como:

- Plano Nacional de Investimento Agrícola (2018-2030);
- Plano Estratégico para o Desenvolvimento das Pescas (2015-2020);
- Plano do Sector da Educação para a Guiné-Bissau (2016-2025) e o seu plano de contingência específico para a Covid-19;
- Bissau 2030 – Plano de Desenvolvimento Sustentável.

Em complemento, foram tidas em conta as lições aprendidas e os resultados preliminares alcançados com o programa emblemático da UE designado “Ilanda Guiné! Nó Lanta, Nó Pega”, com foco na resiliência e as oportunidades socioeconómicas das populações, sobretudo rurais, em termos de segurança alimentar, rendimento, acesso a serviços básicos e mercados.³

² Cfr. https://international-partnerships.ec.europa.eu/funding-and-technical-assistance/funding-instruments/global-europe-programming_en

³ Cfr. Multiannual Indicative Programme 2021-2027, p. 1

4. Quais são os setores prioritários do MIP na Guiné-Bissau

No decurso do exercício de definição dos setores prioritários do MIP na Guiné-Bissau foram identificadas as seguintes prioridades:

- i) Estabilidade e boa governação através de reformas institucionais;
- ii) Investimento no desenvolvimento humano, tendo a educação, a saúde e a proteção social no seu cerne;
- iii) Promoção do crescimento sustentável e inclusivo, através da reforma económica e criação de emprego, sectores produtivos e desenvolvimento urbano, bem como investimento em infraestruturas facilitadoras;
- iv) Preservação e proteção do capital natural e da biodiversidade, combatendo os efeitos das alterações climáticas.

Consequentemente, de um modo global, a União Europeia elegeu 3 setores prioritários nos quais investir esforços para apoio ao seu desenvolvimento.

Estas prioridades são:

- i) Desenvolvimento Humano;
- ii) Economia Verde e Inclusiva;
- iii) Boa Governação e Estabilidade.

Desenvolvimento Humano

Principais objetivos:

- Apoiar a Saúde Reprodutiva, Materna e Infantil rumo a um Sistema Universal de Cobertura de Saúde;
- Melhorar a Governação do Sistema Educativo e contribuir para o desenvolvimento Técnico, Educação e Formação Profissional.

A UE aposta no apoio à consolidação dos esforços nacionais para a melhoria do desenvolvimento humano, com principal enfoque na saúde reprodutiva, materna e infantil, assim como na estratégia nacional para uma educação inclusiva, acessível e de qualidade para todos⁴. Tudo isto com um forte compromisso no aumento e melhoria da participação da camada juvenil, especialmente feminina.

⁴ Tendo como base o Plano do Sector da Educação para a Guiné-Bissau (2016-2025).

Economia Verde e Inclusiva

Principais objetivos:

- Favorecer o Desenvolvimento Urbano e o Acesso aos Serviços Básicos;
- Promover o Agronegócio e a Pesca Sustentáveis.

No setor da Economia Verde e Inclusiva a UE aposta no apoio ao planeamento urbano, à inclusão e na melhoria da gestão dos serviços municipais e locais. De igual modo, investe em cadeias de valor sustentáveis e de qualidade do agronegócio e das pescas, visando promover o crescimento económico e criação de empregos, mediante o apoio a atividades que contribuam para a soberania alimentar do país e a segurança alimentar das suas populações.

Boa Governação e Estabilidade

Principais objetivos:

- Contribuir para a luta contra o tráfico, o crime organizado e a corrupção;
- Facilitar o acesso à justiça e a proteção integral dos Direitos Humanos;
- Desenvolver uma governação económica transparente e responsável.

Para a Boa Governação e Estabilidade, a UE pretende contribuir para o reforço das capacidades das instituições estatais dotando-as de meios que facilitem as reformas e a consolidação do Estado de direito na Guiné-Bissau. Ainda pretende contribuir para dotar a administração pública de recursos humanos com capacidades de gestão financeira e contabilística, de modo a fazer face à luta contra a corrupção⁵. Portanto, assistir as autoridades nos seus esforços referentes à reforma estrutural e adoção de boas práticas, onde a sociedade civil terá um eminente papel a desempenhar. Logo, a UE continuará a apoiar às OSC (incluindo OSC femininas) e apoiar para o respeito dos Direitos Humanos, com particular atenção à proteção e reintegração das vítimas de vários tipos de violência, especialmente contra as mulheres, assim como acesso a serviços de justiça de qualidade.

⁵ Cfr. Multiannual Indicative Programme 2021-2027, p.4

5. Alinhamento dos setores prioritários do MIP com os ODS

Sendo o desenvolvimento sustentável um princípio fundamental do Tratado da União Europeia e um objetivo prioritário das políticas internas e externas da UE⁶, naturalmente esta encara os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como uma parte intrínseca das orientações políticas para as suas ações internas e externas em todos os setores.

Nesta senda, a Comissão Europeia considera importante adotar uma estratégia holística com vista à consecução dos ODS. Como tal, “a participação da sociedade civil, do setor privado e de outras partes interessadas é uma das principais vertentes da abordagem de «governança integrada» para a execução dos ODS pela Comissão”.⁷

Com base nestas linhas orientadoras apresenta-se abaixo um exercício de alinhamento dos setores prioritários do MIP com os ODS, assim como uma identificação das possíveis áreas associadas (não exclusivas).

Desenvolvimento Humano

Alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS)

ODS 3 - Saúde e Bem-Estar: Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

- Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
- Garantir saúde e bem-estar para todos;
- Reduzir a taxa de mortalidade global;
- Acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos;
- Erradicar as epidemias de HIV, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas;
- Promover a saúde mental e o bem-estar. Alcançar a cobertura universal de saúde.

Áreas de intervenção alinhadas com os Setores prioritários do MIP:

- Processos de capacitação de recursos humanos, melhoria das infraestruturas e fortalecimento do sistema de saúde pública;
- Medicamentos essenciais e equipamentos médicos;
- Reduzir a mortalidade materna e infantil, acesso a serviços pré-natais e vacinação;
- Acesso equitativo e financiamento sustentável do Sistema de Saúde;
- Apoiar o Governo na formulação e implementação de políticas que promovam a Cobertura Sanitária Universal, incluindo a criação de sistemas de proteção social;
- Prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, paludismo e outras doenças;
- Saúde mental.

⁶ Cfr. https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/sustainable-development-goals_pt

⁷ Cfr. https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/sustainable-development-goals/engagement-civil-society-private-sector-and-other-stakeholders_pt

ODS 4 - Educação de Qualidade: Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

- Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
- Eliminar as disparidades de género na educação;
- Garantir que todas as meninas e meninos tenham acesso a cuidados e desenvolvimento de qualidade na primeira infância;
- Garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação para os mais vulneráveis, incluindo pessoas com deficiência, crianças em situação de vulnerabilidade.

Áreas de intervenção alinhadas com os Setores prioritários do MIP:

- Educação;
- Género;
- Igualdade de oportunidades para todos (“não deixar ninguém para trás”).

Economia Verde e Inclusiva

Alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS)

ODS 1 - Erradicação da Pobreza: Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

- Erradicar a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
- Reduzir pelo menos pela metade a proporção de homens, mulheres e crianças de todas as idades que vivem na pobreza;
- Implementar sistemas e medidas de proteção social nacionalmente apropriados para todos;
- Garantir que todos têm direitos iguais aos recursos económicos e acesso a serviços básicos.

Áreas de intervenção alinhadas com os Setores prioritários do MIP:

- Proteção social
- Acesso a serviços básicos
- Atividades geradoras de rendimentos

ODS 6 - Água Potável e Saneamento: Garantir a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.

- Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos;
- Alcançar o acesso universal à água potável segura e acessível para todos;
- Alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados para todos;
- Melhorar a qualidade da água reduzindo a poluição, eliminando o despejo de produtos químicos e materiais perigosos.

Áreas de intervenção alinhadas com os Setores prioritários do MIP:

- Acesso à água e saneamento básico;
- Proteção do meio ambiente.

ODS 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico: Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.

- Promover o crescimento econômico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos;
- Alcançar níveis mais altos de produtividade econômica por meio da diversificação, atualização tecnológica e inovação;
- Alcançar emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos, inclusive para jovens e pessoas com deficiência;
- Alcançar salário igual para trabalho de igual valor.

Áreas de intervenção alinhadas com os Setores prioritários do MIP:

- Emprego jovem:
- Igualdade de oportunidades para todos (“não deixar ninguém para trás”);
- Atividades geradoras de rendimentos;
- Atividades agrícolas, aquícolas e pesqueiras (transição agroecológica e gestão sustentável dos recursos naturais);
- Novas tecnologias e inovação.

ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura: Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.

- Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
- Garantir a inovação e infraestruturas sustentáveis da indústria;
- Desenvolver infraestrutura confiável, sustentável e resiliente que apoie o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano;
- Atualizar as infraestruturas e modernizar as indústrias para torná-las sustentáveis;
- Apoiar uma maior adoção de tecnologias renováveis.

Áreas de intervenção alinhadas com os Setores prioritários do MIP:

- Novas tecnologias e inovação;
- Reabilitação de infraestruturas;
- Promoção da industrialização.

ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis: Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

- Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis;
- Construir cidades e sociedades sustentáveis em todo o mundo;
- Garantir o acesso de todos a uma habitação adequada, segura e acessível;
- Aumentar a capacidade de planeamento e gestão integrados e sustentáveis de aglomerados humanos;
- Reduzir o impacto ambiental adverso das cidades, prestando atenção especial à qualidade do ar e à gestão de resíduos.

Áreas de intervenção alinhadas com os Setores prioritários do MIP:

- Gestão de resíduos;
- Proteção do meio ambiente;
- Acesso à habitação;
- Planeamento urbano.

ODS 13 - Ação contra a Mudança Global do Clima: Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos.

- Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos;
- Fortalecer a resiliência e a capacidade de adaptação aos perigos e desastres naturais relacionados ao clima;
- Integrar soluções e medidas de mudança climática nas políticas, estratégias e planeamento nacionais;
- Melhorar a educação sobre mitigação das mudanças climáticas, redução de impacto e alerta precoce.

Áreas de intervenção alinhadas com os Setores prioritários do MIP:

- Proteção do meio ambiente;
- Alterações climáticas;
- Educação ambiental.

Alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS)

ODS 5 - Igualdade de Gênero: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

- Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e raparigas;
- Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em todos os lugares;
- Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas pública e privada, incluindo tráfico, exploração sexual e outros tipos;
- Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades de liderança.

Áreas de intervenção alinhadas com os Setores prioritários do MIP:

- Gênero;
- Violência baseada no gênero;
- Participação e empoderamento feminino.

ODS 10 - Redução das Desigualdades: Reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles.

- Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países;
- Capacitar e promover a inclusão social, económica e política de todos, independentemente de idade, sexo, deficiência, raça, etnia, origem, religião ou condição económica ou outra;
- Garantir a igualdade de oportunidades.

Áreas de intervenção alinhadas com os Setores prioritários do MIP:

- Igualdade de oportunidades para todos (“não deixar ninguém para trás”);
- Desenvolvimento local;
- Reforço de capacidades.

ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

- Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável,
- proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis;
- Promover sociedades justas, pacíficas e inclusivas;
- Reduzir significativamente todas as formas de violência;
- Erradicar o abuso, a exploração e o tráfico e todas as formas de violência e tortura de crianças;
- Promover o estado de direito nos níveis nacional e internacional;
- Garantir a igualdade de acesso à justiça para todos.

Áreas de intervenção alinhadas com os Setores prioritários do MIP:

- Promoção e defesa dos Direitos Humanos;
- Promoção do acesso à justiça;
- Proteção das crianças;
- Gestão das Finanças Públicas, transparência e prestação de contas;
- Modernização da administração fiscal e aduaneira e políticas que melhorem o ambiente de negócios;
- Estabilidade macroeconómica.

ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação: Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

- Reforçar os meios de implementação e revitalizar a Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável;
- Apoiar a criação de fortes parcerias ODS para atingir as metas ambiciosas da Agenda 2030;
- Reunir os governos nacionais, a comunidade internacional, a sociedade civil, o setor privado e outros atores.

Áreas de intervenção alinhadas com os Setores prioritários do MIP:

- Lobby e advocacia junto do Estado para promoção e implementação de programas para o alcance dos ODS.
- Capacitação das instituições responsáveis pela Gestão das Finanças Públicas.
- Monitoramento e avaliação dos recursos públicos e prestação de contas.
- Implementação de políticas fiscais, ampliação da base tributária e a melhoria da arrecadação de receitas.
- Parcerias entre o Governo, a sociedade civil, o setor privado e organizações internacionais na implementação das reformas.